

A full-page background image of a police officer in tactical gear, including a helmet with goggles, a vest, and a rifle. The officer is looking directly at the camera with a serious expression. The background is dark and out of focus, suggesting an urban or industrial setting at night.

Simulado Final
Polícia Penal
Piauí
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final Polícia Penal do Piauí (Agente Penitenciário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Agente Penitenciário da Polícia Penal do Piauí**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/aV2gJxz1cZcRRp3z7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/5fymyk>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Janaína Arruda

Texto I

Evidentemente, identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas e, de modo mais geral, de outros gêneros de verso e de prosa. Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é. O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligencia a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade. A literatura, no sentido restrito, seria somente a literatura culta, não a literatura popular (a *Fiction* das livrarias britânicas).

Por outro lado, o próprio cânone dos grandes escritores não é estável, mas conhece entradas (e saídas): a poesia barroca, Sade, Lautréamont, os romancistas do século XVIII são bons exemplos de redescobertas que modificaram nossa definição de literatura. Segundo T. S. Eliot, que pensava como um estruturalista em seu artigo *La tradition e le talent individuel* [A tradição e o talento individual] (1919), um novo escritor altera toda a paisagem da literatura, o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações: Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal que é modificada pela introdução, entre eles, da nova (da verdadeiramente nova) obra de arte. A ordem existente é completa antes da chegada da nova obra; para que a ordem subsista, depois da intervenção da novidade, o conjunto da ordem existente deve ser alterado, ainda que ligeiramente; e assim as relações, as proporções, os valores de todas as obras de arte em relação ao conjunto são reajustados.

Demônio da teoria, de Antoine Compagnon

01. O autor ressalta aspectos **contrastantes** no caso da literatura, tal como se observa na relação entre estas duas expressões:

- a) grandes escritores e valor dos romances
- b) julgamento de valor e atestado de exclusão
- c) Literatura culta e literatura restrita
- d) monumentos existentes e obra de arte
- e) valor da arte e conjunto de obras

02. Atente para as seguintes afirmações sobre o texto:

- I- Quando um texto não é literário, subentende-se que existam outros que sejam considerados literários.
- II- A *Fiction* das livrarias é considerada literatura popular e essa não corresponde ao padrão de literatura erudita em seu sentido stricto sensu.
- III- Os monumentos que existem formam, entre eles, uma ordem padrão que se torna indiferente à presença da verdadeiramente nova obra de arte.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

03. São **irrelevantes** para a definição de valor literário estes fatores:

- a) texto literário e valor estético
- b) julgamento de valor e obra de arte
- c) níveis de literatura e literatura culta
- d) o que se lê sempre é literatura e níveis de literatura
- e) o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações

04. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- a) *num atestado de exclusão* (1º parágrafo) = indicativo de inferioridade
- b) *estreitamento institucional da literatura* (1º parágrafo) = afastamento do instituto literário
- c) *cânone dos grandes escritores* (2º parágrafo) = modelo de referência dos autores
- d) *pensava como um estruturalista* (2º parágrafo) = articulava como um pragmático
- e) *da intervenção da novidade* (2º parágrafo) = influência do moderno

05. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal em:

- a) Evidentemente, seriam a identificação da literatura com valoração literária, simultaneamente, negação do valor dos demais romances e, de modo geral, de tantos outros gêneros.
- b) O estreitamento institucional dos textos literários no século XIX não preveem que, para quem lê, o que é lido sempre será literatura, seja Proust ou uma fotonovela, além de negligenciar a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade.
- c) O texto literário, em seu sentido restrito, apenas seria a literatura culta e não aquela popular. Assim, considera-se a Fiction das livrarias britânicas uma espécie de texto popular.
- d) Toda a paisagem da literatura seriam alterada por um novo escritor; o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações.
- e) Os monumentos existente forma uma ordem ideal que se modifica pela introdução, entre eles, da nova (da verdadeiramente nova) obra de arte.

06. Observe a construção correta com relação à colocação do pronome:

- a) O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que espera-se o negligenciamento de determinado modelos estereotipados.
- b) O autor afirma que, se um texto é literário, outro valerá-se desse mesmo critério de aceitação.
- c) Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal que modifica-se pela introdução de novas obras de arte.
- d) A ordem existente é completa antes que se aproxime a nova obra.
- e) Os valores de todas as obras de arte em relação ao conjunto nem reajustam-se, nem alteram-se.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

Sérgio Henrique

07. Assinale a alternativa correta.

- a) A primeira capital foi Parnaíba, onde se desenvolveu um importante porto de exportação de maniçoba, produto que enriqueceu Piauí no século XIX.
- b) O Piauí tem entre seu patrimônio imaterial a cajuína e o patrimônio arqueológico nos parques da Serra da Capivara, Sete Cidades e Confusões.
- c) O Plano Estadual de Cultura do Piauí tenta inserir a cultura local na cultura nacional e erudita.
- d) Oeiras é conhecida e importante pelos sítios arqueológicos no Parque Nacional Sete Cidades.
- e) A cajuína foi tombada como patrimônio material. Seu processo foi modernizado ao longo do século XX, por isso as expressivas exportações do produto.

08. Assinale a alternativa correta:

- a) A Batalha do Jenipapo foi o auge da Balaiada, quando tomaram a capital, Teresina.
- b) Oeiras é lugar de grandes manifestações culturais religiosas e foi onde ocorreu a Batalha do Jenipapo.
- c) A Batalha do Jenipapo foi vencida pelos portugueses, em Campo Maior, mas ficaram destroçados e foram pilhados, o que os obrigou a recuar.
- d) Parnaíba foi a primeira capital e Oeiras era a cidade mais rica, pois ficava no interior onde passava uma rota de gado.
- e) A colonização católica pelos jesuítas no período colonial protegeu os indígenas da escravidão, por isso é um estado com grande número de indígenas e diversas terras indígenas tituladas.

09. Assinale a alternativa correta:

- a) Ao todo, existem cinco nações indígenas identificadas no Piauí: Tabajara, Tabajara Ipy, Tabajara Tapuio, Itamaraty, Kariri e Gamela.
- b) As missões jesuíticas na colônia tinham como objetivo catequisar o indígena. Os padres e os bandeirantes os defendiam da escravidão.
- c) As cinco nações indígenas do Piauí são tituladas após um longo processo de conquista do reconhecimento dos seus direitos.
- d) Os indígenas do Piauí são numerosos e é o estado do NE com maior população indígena no Nordeste.
- e) A população autodeclarada indígena em 2022 diminuiu em relação a Censo 2010, entre outros motivos, pela baixa natalidade.

10. Analise as proposições e assinale a alternativa correta:

- I. A principal marca da administração do governante José Antônio Saraiva, foi, sem dúvida, a fundação de Teresina e a transferência da capital de Oeiras para lá.
 - II. Com a decadência da atividade pecuarista na segunda metade do século XVIII, a agricultura passou a aumentar a sua importância dentro da economia piauiense, principalmente devido a lavoura de algodão.
 - III. O crescimento da produção de algodão ocorreu sob o estímulo de dois fatores externos: A Revolução Industrial, e a Guerra de Secessão, que representou uma violenta guerra civil nos EUA, envolvendo as regiões sul e norte do país, onde a primeira desejava a separação.
- a) I
 - b) II
 - c) I e II
 - d) II e III
 - e) I, II e III

11. Assinale a alternativa correta:

- a) A cultura imaterial do Piauí é pouco influenciada pela cultura africana pois a arte católica tornou os cultos homogêneos.
- b) O quilombo mais antigo é o do Mimbó com mais de 200 anos e um dos núcleos do quilombo dos palmares.
- c) São cinco comunidades quilombolas, todas ao redor de Teresina que somam por volta de 10.000 indivíduos.
- d) De acordo com o Observatório dos Quilombos, no Piauí constam 91 comunidades quilombolas. O IBGE aponta 215 localidades e 27.258 pessoas.
- e) As comunidades quilombolas são remanescentes de quilombos que se formaram logo após a abolição da escravidão.

12. Assinale a alternativa que apresenta as principais unidades de conservação do estado e com todas as informações corretas.

- a) Parque Nacional Serra da Capivara e Serra da Confusão, na chapada do Araripe e Serra Grande.
- b) Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, da Serra da Capivara, do Rio Poti e da Serra da Confusão.
- c) Parque Nacional Serra da Capivara, da Serra da Confusão, do Araripe e Serra Grande.
- d) Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, da Serra da Capivara, da Serra da Confusão e Parque Nacional da Foz do Parnaíba, todos nos domínios de Cerrado.
- e) Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, da Serra da Capivara, da Serra da Confusão e da Serra das Sete Cidades.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Douglas Schneider

13. “A Secretaria de Justiça realizou, na manhã desta sexta-feira (01), a última reunião do planejamento estratégico, que durou cerca de seis meses. Na oportunidade, foram entregues os certificados para os participantes, que são os gerentes das unidades e representantes de todos os setores da Sejus.”

Disponível em:
<http://www.sejus.pi.gov.br/materia/noticias/sejus-finaliza-planejamento-estrategico-com-entrega-de-certificados-964.html>

Assinale a opção que apresenta a ordem das fases do planejamento estratégico de acordo com a classificação de Djalma Oliveira:

- a) Formulação dos objetivos – Análise externa – Análise interna – Formulação de alternativas e escolha da estratégia – Desenvolvimento de planos táticos e operacionalização da estratégia.
- b) Diagnóstico estratégico – Análise externa – Análise interna – Missão da empresa – Estabelecimento da estratégia.
- c) Diagnóstico estratégico – Missão da empresa – Instrumentos prescritivos e quantitativos – Controle e avaliação.
- d) Formulação dos objetivos – Diagnóstico estratégico – Missão da empresa – Desenvolvimento de planos táticos e operacionalização da estratégia.
- e) Formulação dos objetivos – Análise ambiental – Diagnóstico estratégico – Formulação de alternativas e escolha da estratégia.

14. O planejamento lida com incertezas. Por isso, a organização utiliza o planejamento baseado em cenários para tentar atenuar os impactos. Assinale a alternativa que apresenta o método de construção de cenário e sua respectiva descrição de forma correta:

- a) Análise projetiva: é feita através de seis etapas: delimitação do sistema e do ambiente; análise estrutural do sistema e do ambiente; listagem dos condicionantes do futuro; análise morfológica; testes de consistência, ajuste e disseminação; revisão e disseminação.
- b) Lógica intuitiva: um grupo de especialistas se reúnem para levantarem dados estatísticos de eventos passados e, assim, determinar uma probabilidade de eles voltarem a acontecer.
- c) Análise do impacto das tendências: utiliza modelos probabilísticos e estatísticos, aliados a uma base de dados e considerando a relação entre os fatores, para avaliar a probabilidade de ocorrência de determinado cenário.
- d) Análise prospectiva: projeta o futuro por meio de experiências reais passadas. Cria um único cenário futuro e certo.
- e) Análise do impacto cruzado: analisa a relação entre todas as tendências e eventos identificados, cruzando suas probabilidades. Então, gera-se uma matriz com valores numéricos para obter o cenário mais aceitável e as probabilidades de ocorrência.

15. As diversas mudanças no mundo fazem com que as organizações estejam sempre atentas ao ambiente e se adaptem para continuarem competitivas. Chiavenato classifica as mudanças organizacionais. Assinale a alternativa correta:

- a) Mudanças estruturais impactam a organização de forma gradual e quase não perceptível. Seu objetivo é não alarmar os funcionários para que não haja perda de produtividade.
- b) Mudanças culturais acontecem devido à importação da cultura de organizações estrangeiras, gerando impactos, por exemplo, no vocabulário que é utilizado nas empresas brasileiras, como o uso da palavra follow-up no lugar de fazer o acompanhamento de um processo.
- c) Mudanças nos produtos/ serviços acontecem devido a atualização nos equipamentos utilizados na produção. Ao trazer nova tecnologia, há mudança nos processos organizacionais.
- d) Mudanças na tecnologia afetam o maquinário, os processos de trabalho e, conseqüentemente, o fluxo dos processos. A tecnologia impacta diretamente nos produtos/ serviços entregues.
- e) Mudanças políticas acontecem quando há mudança de governantes, fazendo com que as organizações se adaptem a mudanças tributárias por exemplo.

16. São princípios da governança pública segundo o Decreto n.º 9.203/2017, EXCETO:

- a) prestação de contas
- b) capacidade de resposta
- c) confiabilidade
- d) transparência
- e) ética

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

17. O usuário deseja desativar a reprodução automática no Windows, pois soube que esse recurso é ativado por padrão e que essa situação pode causar uma vulnerabilidade para o Sistema. Para isso deve acessar o menu:

- a) Aplicativos e Recursos.
- b) Dispositivos
- c) Cortana
- d) Área de Trabalho.
- e) Barra de Tarefas

18. No Excel existe a funcionalidade que pode ser usada para filtrar dados em uma planilha. Para acessá-la, através do teclado, devemos utilizar qual combinação de teclas:

- a) CTRL + SHIFT + P
- b) CTRL + SHIFT + A
- c) CTRL + P
- d) CTRL + SHIFT + L
- e) SHIFT + L

19. No Google Chrome para ativar o modo de navegação anônimo devemos usar que combinação de teclas:

- a) CTRL + A
- b) CTRL + SHIFT + N.
- c) Shift + N.
- d) CTRL + F
- e) Alt + T.

20. No Powerpoint para iniciar a apresentação do slide atual devemos usar a seguinte combinação de teclas:

- a) shift + F5
- b) shift + F3
- c) ctrl + F5
- d) shift + ctrl + F5
- e) shift + F2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

21. Logo após a decretação do isolamento social por conta da pandemia, na cidade de Gama começaram a ocorrer assaltos noturnos. Os meliantes invadiam a casa e se encontrassem os moradores acordados, eles eram amarrados e colocados em um cômodo da casa, enquanto o grupo levava todas as coisas de valor. Revoltados com a situação, os moradores decidiram criar uma associação. Alguns requisitos foram estabelecidos para o ingresso, dentre estes, que o associado tivesse registro de porte de arma, a qual seria utilizada diariamente nas atividades internas e externas dos associados, e que o associado utilizasse o uniforme da associação.

Analisando a situação à luz do ordenamento jurídico, a Associação Gama:

- a) só poderia funcionar mediante prévia autorização do Poder Público;
- b) não poderia funcionar, em razão do seu nítido caráter paramilitar;
- c) poderia funcionar independentemente de prévia autorização, pois é assegurada a liberdade de associação;
- d) só poderia funcionar mediante lei, previamente editada, disciplinando o funcionamento de associações com essas características;
- e) não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação.

22. Emanuel tem recebido ligações de companhias telefônicas que lhe oferecem pacote de internet, nova linha de telefone, entre outros serviços associados. Indignado por não ter fornecido o número de seu celular para nenhuma delas, tampouco ter consentido com o contato telefônico, ajuíza uma ação no Poder Judiciário para garantir a proteção dos seus dados pessoais. Considerando o narrado, e de acordo com o Art. 5º da Constituição da República de 1988,

- a) caso Emanuel não tenha condições financeiras de pagar um advogado, o Estado lhe prestará assistência jurídica integral e gratuita, ainda que não comprove a sua insuficiência de recursos.
- b) não há previsão, como direito fundamental do cidadão, do dever do Estado de promover a defesa do consumidor.
- c) a todos, no âmbito judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, exceto no âmbito administrativo.
- d) a lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário, a depender do caso concreto, lesão ou ameaça a direito.
- e) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é direito fundamental assegurado ao cidadão, nos termos da lei.

23. Assinale a opção correta em relação aos direitos políticos.

- a) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, Senador e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) O militar alistável é elegível, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

24. O Município Alfa, situado em localidade bucólica e muito procurado por pessoas que almejavam se afastar da agitação dos centros urbanos, editou a Lei nº XX. Esse diploma normativo estabeleceu a vedação de que correspondências fossem distribuídas e entregues nos horários que indicou, nos quais, conforme fora apurado em audiências públicas, grande parte dos munícipes preferia não ser incomodada. Em caso de descumprimento da vedação, seria aplicada a penalidade de multa e, na hipótese de reincidência, a de cassação do alvará. Irresignada com o teor da Lei nº XX, uma associação comercial situada no Município Alfa consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade formal com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é

- a) constitucional, pois o Município Alfa pode complementar as normas editadas pela União e pelo Estado em matéria de proteção ao consumidor.
- b) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre o exercício de atividade econômica.
- c) constitucional, pois trata de matéria tipicamente local, de competência legislativa do Município Alfa.
- d) constitucional, pois é competência comum de todos os entes federativos zelar pela proteção à saúde.
- e) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre serviço postal.

25. Helena possui um contrato com uma Autarquia federal, o contrato apresenta cláusulas peculiares não comum em contratos do seu ramo. Interessada pelo cenário político, Helena decidiu concorrer ao cargo de Senadora e para tanto consultou um advogado a respeito da existência ou não de alguma vedação a sua candidatura em decorrência da existência do contrato, o advogado respondeu corretamente que:

- a) se eleita, Helena, desde a posse, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- b) não há óbice à continuidade do contrato, por se tratar de atividade privada e essencialmente lícita.
- c) se eleita, Helena, desde a proclamação dos eleitos, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- d) se eleita, Helena, desde a expedição do diploma, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- e) não há óbice à continuidade do contrato, desde que Helena se abstenha de votar a respeito de proposições que tangenciem o seu objeto.

26. Considere que o Presidente da República, sem licença do Congresso Nacional, viajou para o exterior e passou 25 (vinte e cinco) dias ausente do País. Nesse caso, é possível afirmar que:

- a) Como o Vice-Presidente da República permaneceu no País, o Presidente não precisaria solicitar a licença do Congresso Nacional.
- b) Caso a ausência fosse superior a 30 (trinta) dias, o Presidente da República deveria comunicá-la ao Congresso Nacional, exceto se o Vice-Presidente o sucedesse no País.
- c) O Presidente da República errou em não ter obtido a licença do Congresso Nacional e como consequência, perderá o cargo.
- d) Será instaurado processo contra o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, pois ele não poderia se ausentar do País, por mais de 10 (dez) dias, sem autorização do Congresso Nacional.
- e) Caso a ausência fosse superior a 10 (dez) dias, o Presidente da República deveria comunicá-la ao Congresso Nacional, inclusive se o Vice-Presidente o sucedesse no País.

27. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente, EXCETO

- a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- b) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- d) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

28. De acordo com as disposições constitucionais sobre as funções essenciais à Justiça, assinale a assertiva correta.

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
- d) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Ivo Martins*

29. No que se refere aos crimes contra o patrimônio previstos no CP, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a restituição imediata, voluntária e integral do bem furtado constitui, por si só, motivo suficiente para

- a) conversão do fato em irrelevante penal.
- b) incidência do princípio da insignificância.
- c) aplicação do instituto do arrependimento eficaz.
- d) aplicação do instituto do arrependimento posterior.
- e) desclassificação do crime para mera contravenção penal.

30. No que concerne ao crime impossível, nossos tribunais, em matéria sumulada, interpretam que

- a) o fato de a polícia preparar situação de flagrante, mesmo em hipótese que impeça sua consumação, não caracteriza, obrigatoriamente, crime impossível.
- b) sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não tornam impossível a configuração do crime de furto.
- c) mesmo a falsificação grosseira, constatável a olho nu, pode configurar os crimes de moeda falsa e estelionato.
- d) a maioria da vítima no crime de estupro impede a possibilidade de reconhecimento do estupro de vulnerável.
- e) o pagamento de cheque inicialmente emitido sem provisão de fundos, até a prolação da sentença, obsta o reconhecimento de crime patrimonial.

31. Francisco estava em uma festa, e foi agredido injustamente por outro convidado, o qual praticava artes marciais. Imediatamente, a fim de repelir as agressões, Francisco arremessou uma cadeira na cabeça de seu agressor, que desmaiou. Na situação hipotética apresentada, a conduta de Francisco

- a) caracteriza estado de necessidade, causa excludente de culpabilidade.
- b) é atípica.
- c) configura legítima defesa, o que exclui a culpabilidade.
- d) configura legítima defesa, causa excludente de ilicitude.
- e) é exercício regular de direito, o que exclui a antijuridicidade.

32. Maria e Júlia são integrantes do Circo “Seja Feliz” e trabalham juntas na apresentação de arremesso de facas. Um dia, durante o treinamento que sempre faziam juntas, iniciou-se uma discussão entre elas por ciúmes do dono do circo, Astolfo, que, na verdade, sempre preferiu Maria em seu espetáculo. Durante a discussão, Maria percebeu que Júlia, completamente descontrolada, colocou a mão no bolso. Maria pensou que Júlia iria arremessar uma faca em sua direção. Ato contínuo, pensando estar em defesa de sua vida, Maria arremessou e atingiu Júlia com uma faca, causando-lhe lesões. Após, constatou-se que Júlia tinha apenas um lenço em seu bolso e iria utilizá-lo para enxugar suas lágrimas. Nessa hipótese, é correto afirmar que Maria agiu em

- a) legítima defesa real.
- b) legítima defesa putativa.
- c) estado de necessidade.
- d) estado de necessidade putativo.
- e) exercício regular de direito putativo.

33. Gilmar e Neto são dois homens maiores de idade que procuram na internet por ofertas de prostituição feminina. Gilmar então conhece uma moça de 17 anos, com larga experiência na oferta de favores sexuais, e, crendo estar celebrando negócio lícito, a contrata para com ele praticá-los. Neto, por sua vez, localiza a mesma moça em um ponto de prostituição na cidade de Teresina, ao lado de outras prostitutas de avançada idade, e, sem questionar sua faixa etária e sua experiência pretérita, contrata-a para ter com ele relações sexuais. Em ambos os casos, após a consumação do ato, há crime em hipótese, qual seja, favorecimento da prostituição de pessoa menor de 18 anos. Sobre esse tema e em sua autodefesa, Gilmar e Neto poderão alegar, respectivamente

- a) erro de proibição e erro de tipo.
- b) erro determinado por terceiro e erro sobre a pessoa.
- c) erro de tipo e erro de proibição.
- d) erro sobre a pessoa e crime impossível.
- e) erro de tipo e descriminante putativa.

34. Francisco é um adolescente de 13 anos com sérios problemas de autoestima, o que o conduz a um estado de depressão. Éder, maior de idade, sabendo das condições de Francisco e interessado na fortuna de que este é destinatário, instiga-o a se matar, convencendo-o de que o paraíso seria muito melhor para ele do que a situação atual. Francisco, em razão disso, suicida-se. Nessa situação hipotética, a conduta de Éder é considerada

- a) homicídio simples.
- b) induzimento ao suicídio na forma simples.
- c) atípica, haja vista não ter praticado nenhum ato executório.
- d) induzimento ao suicídio na forma qualificada.
- e) homicídio qualificado.

35. João, às 4 h da manhã, arrombou o cadeado da residência de Sebastião, adentrando o interior da casa da vítima. De forma sorrateira e sem fazer barulho, para evitar que acordasse a família da vítima, que lá dormia, João subtraiu uma televisão de 48 polegadas, levando-a consigo. Dez minutos após sair da casa de Sebastião, ao ser abordado por policiais militares, João acabou confessando a prática delituosa. Na situação hipotética apresentada, segundo o entendimento jurisprudencial do STJ, João praticou

- a) furto simples com a causa de aumento relativa ao repouso noturno.
- b) furto qualificado.
- c) furto qualificado com causa de aumento relativa ao repouso noturno.
- d) tentativa de furto com causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno.
- e) tentativa de furto qualificado com causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno.

36. Gabriela é policial civil vinculada à Delegacia da Mulher de Teresina-PI e se depara com o seguinte Boletim de Ocorrência: a reclamante alega que estava dentro do ônibus-lotação, quando um homem passou por ela, ao se dirigir para a porta de saída, e, no percurso, apalpou seus seios de forma não consentida e empregou fuga logo em seguida. As câmeras do ônibus flagraram a cena, e o vídeo foi anexado ao procedimento. Nesse teor, Gabriela deve classificar o fato como crime de

- a) assédio sexual.
- b) estupro simples.
- c) violação sexual mediante fraude.
- d) importunação sexual.
- e) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

37. Pode-se definir o princípio da eficiência, sem a intenção de abranger completamente o conceito, como um princípio

- a) constitucional que rege a Administração Pública, retirando especificamente a presunção absoluta de legalidade de seus atos.
- b) infralegal destinado à Administração Pública para promover sua gestão de forma impessoal e transparente, garantindo a publicidade de todos os seus atos.
- c) infralegal que estabeleceu a supremacia do interesse público, permitindo que as decisões da Administração sempre prevaleçam sobre o interesse do particular.
- d) constitucional que visa a exigir que a atuação da Administração Pública seja pautada pela moralidade, embora este princípio não tenha uma expressão direta no texto constitucional.
- e) constitucional voltado para a Administração Pública, com o objetivo de organizá-la e direcioná-la para alcançar os melhores resultados no desempenho de suas funções.

38. As autarquias diferem das empresas estatais, por exemplo, na seguinte situação:

- a) No que diz respeito ao regime de execução de suas obrigações, visto que apenas as empresas públicas estão sujeitas ao sistema de precatórios.
- b) Quanto à composição de seu capital social, uma vez que as autarquias são integralmente propriedade do mesmo ente público.
- c) Na forma de sua instituição, já que as autarquias são criadas por meio de lei, ao passo que as empresas estatais têm sua criação autorizada por lei.
- d) Em relação ao regime legal de seus ativos, pois somente o patrimônio das sociedades de economia mista está sujeito ao regime de direito público.
- e) No critério de contratação de seus funcionários, considerando que apenas as autarquias estão sujeitas à exigência de concurso público.

39. Marque a alternativa que descreve o atributo que capacita a Administração Pública a implementar os seus próprios atos administrativos, de forma direta, sem precisar de autorização de outras instâncias de poder.

- a) exigibilidade;
- b) presunção de legitimidade;
- c) imperatividade;
- d) autoexecutoriedade;
- e) tipicidade.

40. Identifique o objetivo principal da Lei n.º 9.784/1999 que trata sobre o Processo Administrativo.

- a) Regulamentar o processo legislativo no âmbito federal;
- b) Estabelecer normas para o processo judicial em casos envolvendo a administração pública;
- c) Definir os procedimentos para o funcionamento dos órgãos de fiscalização;
- d) Disciplinar o processo administrativo no âmbito da administração pública federal;
- e) Normatizar o funcionamento das agências reguladoras.

41. Considere os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

- I. O Poder Judiciário pode realizar o controle de legalidade de quaisquer atos editados pela Administração Pública.
- II. Em algumas situações especiais, a exemplo do abuso de poder, o Poder Judiciário poderá realizar o controle de mérito dos atos editados pela Administração Pública.
- III. O Poder Judiciário não pode realizar o controle do “motivo” alegado para a edição de ato administrativo, sob pena de interferir no mérito e invadir área privativa de atuação da Administração Pública.
- IV. Os atos políticos estão sujeitos à apreciação jurisdicional, desde que causem lesão a direitos individuais ou coletivos.

No que concerne ao controle judicial dos atos administrativos, está correto o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) I.

42. Com relação à Lei 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, considere as seguintes assertivas:

- I – O titular de cargo eletivo não está sujeito aos mandamentos da lei de improbidade, pois se submete a regime jurídico próprio.
- II – A lei de improbidade administrativa impõe-se apenas àqueles que exercem funções públicas, não podendo alcançar particulares.
- III - O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Estão corretas

- a) Apenas a II e III.
- b) Apenas a II.
- c) I, II e III.
- d) Apenas a III.
- e) Apenas a I.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

43. Em um inquérito policial em andamento, a autoridade policial decide pela realização de uma acareação entre a vítima e o investigado, mesmo já tendo o Delegado de Polícia chegado à comprovação da autoria do crime com outras provas. A defesa técnica do investigado, no entanto, opõe-se à medida, sob a alegação de que a acareação não é cabível no caso concreto. Considerando a legislação vigente e os princípios que norteiam o inquérito policial, a oposição da defesa técnica é:

- a) Cabível, pois a acareação configura medida invasiva que viola o direito ao silêncio do investigado.
- b) Incabível, pois a acareação é um meio de prova previsto em lei e não viola o direito ao silêncio do investigado.
- c) Cabível, mas a acareação, no caso concreto, não se mostra necessária para o esclarecimento dos fatos.
- d) Incabível, pois a defesa técnica não tem legitimidade para se opor à produção de provas no inquérito policial.
- e) Cabível, pois a acareação, no caso concreto, viola o princípio da ampla defesa e do contraditório.

44. Com base nos princípios e normas que regem a Ação Penal no Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Se o querelante deixar de dar andamento do processo por 60 dias seguidos ou não, restará perempta a ação de iniciativa privada.
- b) Será personalíssimo da vítima o direito à representação e extingue-se com a morte dela.
- c) A renúncia do direito à queixa em favor de um dos autores do crime a todos aproveitará, em se tratando de ação penal de iniciativa privada, mas o perdão concedido a um não se estende aos demais.
- d) A ação penal será sempre pública, independentemente do crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União.
- e) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, uma vez oferecida pela vítima, será ela retratável.

45. No que tange ao ônus da prova no processo penal, é possível afirmar que:

- a) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer;
- b) a produção da prova no processo tem o objetivo de favorecer o Ministério Público, já que é o titular da ação penal.
- c) não poderá ser requerida a produção de nova prova após iniciada a ação penal;
- d) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida, sem contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação;
- e) não poderá ser ordenada de ofício pelo juiz, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.

46. Com relação às normas dos artigos 261 a 267 do CPP, assinale a alternativa correta:

- a) Poderá o juiz recusar o defensor particular nomeado pelo acusado, diante da incapacidade técnica do profissional.
- b) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- c) O acusado não poderá dispensar o advogado, ainda que tenha capacidade postulatória para se defender em juízo.
- d) Ainda que justificada, a ausência do defensor não pode resultar no adiamento da audiência, que seguirá mediante a nomeação de advogado dativo.
- e) É facultado deixar de apresentar manifestação fundamentada, ao defensor público ou dativo, tendo em vista que não tem relação de confiança com o acusado.

47. Acerca das medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Podem ser a requerimento das partes e decretadas de ofício pelo Juiz na fase processual ou representação da autoridade policial na fase investigativa.
- b) o Juiz poderá, de ofício ou a requerimento, substituir a medida, impor outra em cumulação ou mesmo decretar a prisão preventiva, na hipótese de descumprimento de qualquer medida cautelar imposta.
- c) Constatada a falta de motivo para que subsista, o Juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar decretada ou substituí-la por outra, podendo voltar a decretá-la, se sobrevier razões que a justifiquem.
- d) Serão aplicadas exclusivamente a crimes que sejam apenados com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.
- e) Tão somente serão aplicadas a crimes dolosos que sejam apenados com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.

48. Considerando o que dispõe o Código de Processo Penal com relação à sentença, é correto afirmar que:

- a) a qualquer momento, qualquer das partes poderá pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
- b) na sentença o juiz não poderá atribuir ao fato contido na denúncia ou queixa definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- c) o juiz poderá proferir sentença condenatória nos crimes de ação pública, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.
- d) serão sempre intimados da sentença pessoalmente o querelante ou o assistente, sendo vedada, em qualquer hipótese, a intimação por edital.
- e) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Juiz poderá adequar a denúncia ou queixa e na sequência julgar o fato.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Lilian Novakoski*

49. Qual dos seguintes princípios faz parte das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas (Regras Mandela)?

- a) Proibição de tortura e tratamento cruel, desumano ou degradante.
- b) Restrição total de comunicação com o mundo exterior.
- c) Privação de alimentação como método de punição.
- d) Uso ilimitado de confinamento solitário como medida disciplinar.
- e) Negligência na prestação de assistência médica quando necessário.

50. Incube ao Conselho da Comunidade, entre outras funções:

- I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.
- II- apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário
- III - entrevistar presos

Estão corretas:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) III
- d) I e III
- e) I e II

51. Qual é a principal diferença entre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e os Conselhos Penitenciários previstos na Lei de Execuções Penais (LEP)?

- a) O CNPCP é responsável por propor políticas e diretrizes gerais relacionadas à execução penal em nível nacional, enquanto os Conselhos Penitenciários são responsáveis por supervisionar individualmente o cumprimento das penas pelos presos em cada estabelecimento penal.
- b) Ambos têm funções semelhantes, diferindo apenas na nomenclatura e na abrangência territorial de atuação.
- c) Os Conselhos Penitenciários têm autoridade para revisar e decidir sobre casos individuais de progressão de regime, enquanto o CNPCP trata apenas de questões de política penal em nível nacional.
- d) O CNPCP é composto por representantes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), enquanto os Conselhos Penitenciários são formados apenas por representantes do Poder Executivo.
- e) Os Conselhos Penitenciários têm autoridade para elaborar leis e regulamentos para o sistema penitenciário, enquanto o CNPCP é responsável por monitorar a aplicação dessas leis.

52. Julgue as assertivas e marque a correta acerca da DUDH:

- a) Todo o homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público ou privado no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.
- b) A instrução é garantida a todos, sendo gratuita e obrigatória nos graus elementares e fundamentais.
- c) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- d) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração mas não na dissolução.
- e) Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei nos países que reconhecem a DUDH.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

53. Quanto à Lei de Execução Penal marque a alternativa correta sobre a progressão de regime.

- a) O preso progredirá de regime se tiver cumprido ao menos 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for reincidente
- b) O preso progredirá de regime se tiver cumprido ao menos 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.
- c) O preso progredirá de regime se tiver cumprido ao menos 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for primário em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;
- d) O preso progredirá de regime se tiver cumprido ao menos 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for reincidente e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- e) O preso progredirá de regime se tiver cumprido ao menos 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado com resultado morte

54. A Lei dos Crimes Hediondos (8072/90) contempla no art.1º um rol taxativo de crimes que são rotulados como hediondo, marque a alternativa correta que traga um desses delitos

- a) Roubo circunstanciado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo.
- b) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito
- c) sequestro e cárcere privado.
- d) tráfico de drogas.
- e) Organização criminosa quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.

55. Um Policial Penal foi condenado, na condição de primário, pelo crime de abuso de autoridade, nesse caso ele poderá vir a ser submetido ao seguinte efeito da condenação:

- a) Perda do cargo
- b) suspensão do cargo pelo período de um mês a seis meses.
- c) prestação de serviço à comunidade.
- d) Inabilitação do cargo por um período de um ano a cinco anos.
- e) A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

56. Um Policial Penal com objetivo de obter uma confissão de um preso empregou neste, mediante violência, sofrimento físico, nessa situação hipotética o agente público responderá pelo crime de tortura:

- a) Tortura qualificada
- b) Tortura punitiva.
- c) Tortura com aumento de pena.
- d) Tortura omissiva
- e) Tortura-crime

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Ronaldo Paiva

57. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, da segurança dos estabelecimentos penais em geral, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Marque alternativa que relaciona os órgãos que compõem o aparelho estadual de Segurança Pública:

- a) Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Guardas Municipais.
- b) Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Polícia Penal.
- c) Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.
- d) Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar, Guardas Municipais e Polícia Penal.
- a) Policia Civil, Policia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

58. A Lei Complementar nº13/94 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí. Conforme o regramento previsto na lei, é correto afirmar que

- a) a posse do servidor ocorrerá no prazo de 15 dias contados da publicação do ato de investidura.
- b) o concurso público terá validade de até 1 ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.
- c) readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- d) o provimento dos cargos públicos, no âmbito estadual, far-se-á mediante ato do Secretário de Segurança Pública
- e) é vedado ao servidor o exercício de função de confiança ou cargo em comissão durante o exercício do Estágio Probatório.

59. Sobre a Lei Complementar nº13/1994, avalie as afirmações a seguir e informe (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

- () A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- () A ação disciplinar prescreverá em 5 (cinco) anos quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, suspensão e advertência.
- () A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
- () As denúncias sobre irregularidades no serviço público serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante, bem como sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

A sequência correta é

- a) V, F, V, F.
b) F, V, F, V.
c) F, V, F, F.
d) V, F, V, V.
e) F, F, V, V.

60. Em consonância à Lei 5.377, de 10 de fevereiro de 2004, além dos requisitos previstos no Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado, será exigido para o provimento dos cargos da carreira penitenciária, EXCETO

- a) a conclusão do curso superior em direito, medicina, psicologia e serviço social, pedagogia, farmácia e bioquímica, com inscrição e registro no respectivo Conselho profissional, para o cargo de monitor penitenciário;
- b) conclusão de curso superior em direito, medicina, psicologia, serviço social, pedagogia, farmácia, bioquímica e ciências sociais, para o cargo de criminólogo;
- c) conclusão de curso superior para o cargo de agente penitenciário.
- d) aprovação no curso de formação para ingresso.
- e) permissão para dirigir ou Carteira Nacional de Habilitação na categoria discriminada no edital do concurso;

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
